

RUBENS LEONARDO PANEGASSI



O
PASTO
DOS BRUTOS:

*Contexto de João de Barros,
horizonte histórico e política nas
Décadas da Ásia*

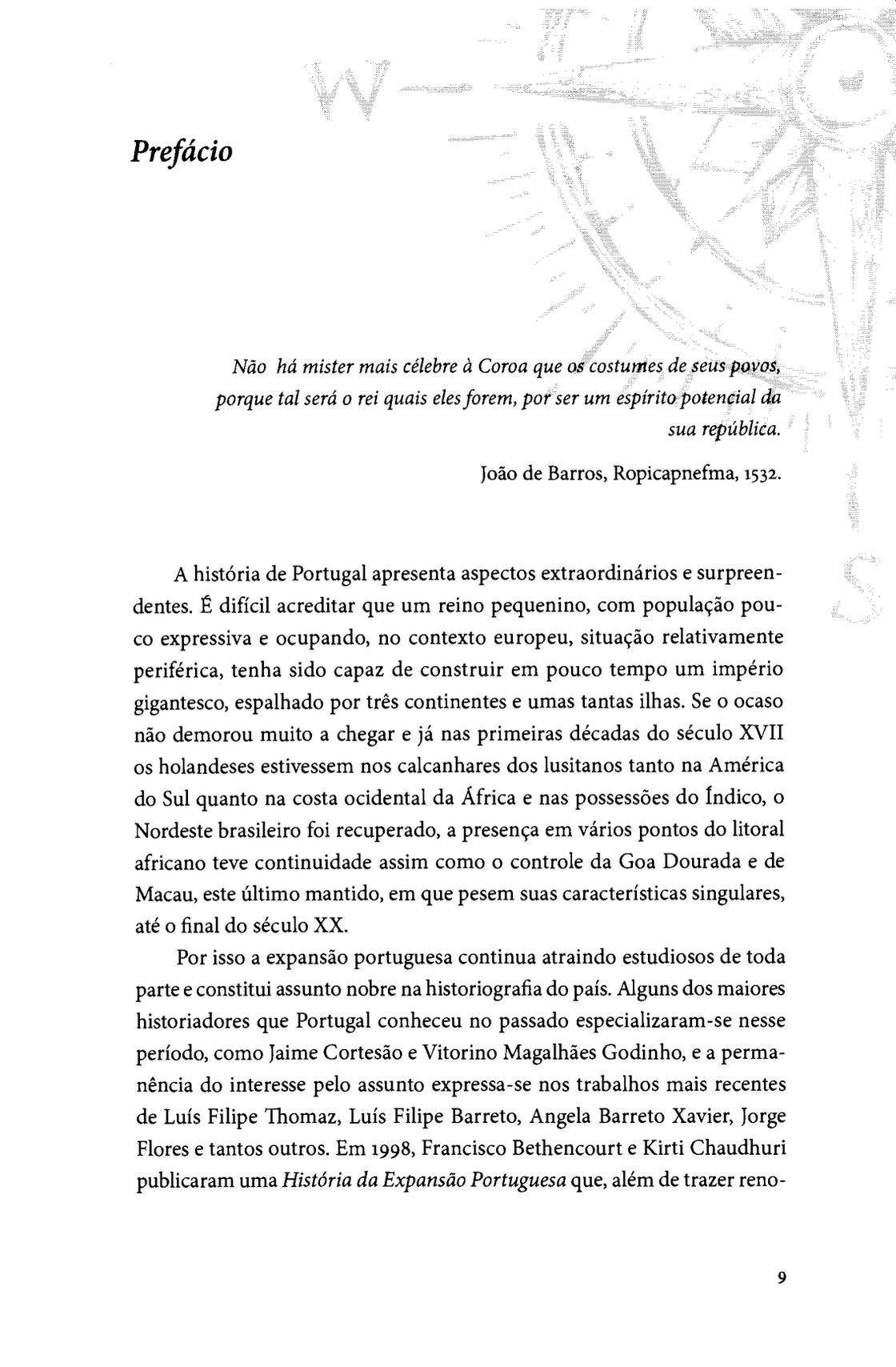
FINO TRACO



EDITORA

Sumário

PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	15
1 DOS PRECEITOS E DA PERFEIÇÃO DE JOÃO DE BARROS	23
<i>A Vida de Manuel Severim de Faria</i>	24
<i>João de Barros cresce</i>	38
<i>Da efetiva dignidade de João de Barros</i>	51
2 JOÃO DE BARROS, SUA OBRA, A ESPECIFICIDADE DO HUMANISMO PORTUGUÊS E AS AMBIGUIDADES DO REINADO DE DOM JOÃO III	67
<i>Da prova do estilo ao diálogo moral</i>	68
<i>O humanismo português e as linhas de força do reinado de Dom João III</i>	89
<i>O polemista ausente</i>	118
3 DOS ARTIFÍCIOS DAS DÉCADAS	141
<i>A fala e a letra</i>	142
<i>Da escritura à memória</i>	170
<i>História e “horizonte histórico” nas Décadas de João de Barros</i>	199
4 CIÊNCIA MORAL E BARBARISMO	223
<i>Antigos e modernos</i>	224
<i>Brutos e políticos</i>	249
CONCLUSÃO	279
BIBLIOGRAFIA	287
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	295



Prefácio

*Não há mister mais célebre à Coroa que os costumes de seus povos,
porque tal será o rei quais eles forem, por ser um espírito potencial da
sua república.*

João de Barros, Ropicapnefma, 1532.

A história de Portugal apresenta aspectos extraordinários e surpreendentes. É difícil acreditar que um reino pequenino, com população pouco expressiva e ocupando, no contexto europeu, situação relativamente periférica, tenha sido capaz de construir em pouco tempo um império gigantesco, espalhado por três continentes e umas tantas ilhas. Se o acaso não demorou muito a chegar e já nas primeiras décadas do século XVII os holandeses estivessem nos calcanhares dos lusitanos tanto na América do Sul quanto na costa ocidental da África e nas possessões do Índico, o Nordeste brasileiro foi recuperado, a presença em vários pontos do litoral africano teve continuidade assim como o controle da Goa Dourada e de Macau, este último mantido, em que pesem suas características singulares, até o final do século XX.

Por isso a expansão portuguesa continua atraindo estudiosos de toda parte e constitui assunto nobre na historiografia do país. Alguns dos maiores historiadores que Portugal conheceu no passado especializaram-se nesse período, como Jaime Cortesão e Vitorino Magalhães Godinho, e a permanência do interesse pelo assunto expressa-se nos trabalhos mais recentes de Luís Filipe Thomaz, Luís Filipe Barreto, Angela Barreto Xavier, Jorge Flores e tantos outros. Em 1998, Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri publicaram uma *História da Expansão Portuguesa* que, além de trazer reno-

vação, afastou o fantasma de um enfoque mais comprometido com posições políticas imperialistas e conservadoras, por muito tempo associadas ao tema.

Num período portanto consagrado, que se abre com a tomada de Ceuta em 1415 e se estende até o século XVIII – quando, entre 1750 (Tratado de Madrid) e 1777 (Tratado de Sant Ildefonso) reordenaram-se as fronteiras da América Portuguesa –, o ápice é, sem dúvida, o século XVI. Os reinados de Dom Afonso V, o Africano (1432-1481), e de Dom João II, o Príncipe Perfeito (1455-1495), prepararam, sem dúvida, o que se consolidou sob D. Manuel, o Venturoso (1469-1521), e Dom João III, o Colonizador (1502-1557). Com sua morte, sobreveio o declínio, a perda da autonomia política se tornando irreversível após a investida do neto, Dom Sebastião, sobre o Norte da África e o desastre de Alcácer-Quibir em 1578.

O Pasto dos Brutos traz uma contribuição muito importante aos estudos sobre o século XVI lusitano, que entre nós não são ainda muito numerosos. Aliando erudição e rigor analítico, aborda uma personagem central do Renascimento português: João de Barros, cortesão, burocrata e homem de letras português que viveu entre 1496 e 1570; autor, entre muitas obras, das célebres *Décadas da Ásia*, os três primeiros volumes tendo sido publicados entre 1552 e 1563, e o quarto, póstumo, inacabado e totalmente reescrito por João Batista Lavanha, em 1615.

João de Barros era um pouco mais velho que Dom João III, e foi sob seu reinado que ganhou fama na vida da corte, na administração do império e no mundo das letras. Rubens Leonardo Panegassi une os fios dessas duas vidas em vários momentos do livro: dois destinos tecidos num mesmo contexto, nutridos um pelo outro, apesar de haver entre ambos o fosso então profundíssimo que separava rei e vassalo. O monarca viveu menos que o letrado, e este ultrapassou em muito a média de vida dos homens da época, alcançando 74 anos. Homônimos, partilharam talvez o que o autor deste livro, com base no filósofo alemão Hans Georg Gadamer, chamou de *horizonte histórico*. Foi Dom Manuel quem estendeu a mão ao jovem João de Barros, fazendo-o servidor do Paço Real e Moço do Guarda Roupas do infante Dom João, futuro João III, que, uma vez no trono, promoveu-o na burocracia do Reino, onde ocupou os cargos de capitão da fortaleza de São

Jorge da Mina, tesoureiro da Casa da Mina e feitor da Casa da Índia. Sem funcionários aptos como João de Barros, o domínio monárquico sobre o império não teria se implementado. Mas o burocrata foi também cortesão – no sentido amplo que lhe atribuiu Baltazar Castiglione – e homem de letras dos mais talentosos e prolíficos, capaz de transitar da gramática à geografia, da história à crônica, do panegírico ao colóquio, da prosa latina à poesia em vernáculo. Sem o incentivo dado por Dom João III à cultura, distribuindo bolsas a jovens estudiosos para que se aperfeiçoassem em outros países e regiões europeias – sobretudo as italianas – talvez a atmosfera cultural portuguesa não fosse receptiva a alguém como João de Barros, em tantos aspectos conforme ao ideal de *homem universal* do renascimento que, para Jacob Burckhardt, encarnou-se na figura de Leão Batista Alberti. Sem o império que o filho de Dom Manuel consolidou, sem as novas frentes que abriu, promovendo o povoamento da costa sul-americana do Atlântico, o horizonte de um homem como João de Barros seria menos amplo, não abarcaria terras tão longínquas onde, como escreveu, «animais, aves, frutas e sementes», tudo respondia «à barbaria da gente em serem feras agrestes» e onde era «áspera a terra para habitação de gente política».

O Pasto dos Brutos demonstra que a vastidão do domínio português forneceu matéria a João de Barros para que encontrasse seu lugar numa época especialmente brilhante e trouxesse ao renascimento europeu uma contribuição original. Panegassi dialoga com autores que já se haviam detido sobre as particularidades da produção portuguesa da época, assentada mais num empirismo descritivo do que numa reflexão de voo amplo. Mas se Joaquim Barradas de Carvalho, um dos mais conhecidos dentre esses autores, havia considerado o empirismo – a experiência «madre de todas as coisas» de que falava Garcia da Orta – como o nervo do renascimento português, e Lucien Febvre concluiu haver «pouco, ou nenhum contato» entre o saber livresco e o saber prático no tempo do Renascimento, Rubens Panegassi invoca a ideia cara a Carlo Ginzburg acerca da circularidade dos níveis culturais e sustenta que tais formas de conhecimento se interpenetraram: «É do mapeamento dos lugares a serem colonizados e suas riquezas que resulta o caráter experimental do renascimento português». Posto em contato com fatos novos,

trazidos pelas descrições das paragens longínquas, um homem como João de Barros pôde acionar referenciais que não remetiam a um horizonte de experiências acumuladas e, assim, reformular paradigmas – e aqui é mais uma vez a Gadamer que Panegassi recorre. A sua maneira, João de Barros participou de um dos debates centrais da época: o que girou em torno da natureza do gênero humano.

À moda do humanismo cívico italiano, contudo, João de Barros enxergou o aporte etnográfico propiciado pelas navegações portuguesas sob o prisma da política, articulando Coluccio Salutati e Nicolau Maquiavel. Pela via do poder monárquico, a política propiciava a vida civil e transformava os costumes, os *mores*, a moral, enfim. Essa reflexão é um dos pontos altos de *O Pasto dos Brutos*, presente já no segundo capítulo – quando discute a questão da especificidade do renascimento português e as ambiguidades do reinado de Dom João III – mas desenvolvida no quarto capítulo, «Ciência Moral e Barbarismo». O autor das *Décadas* procurou demonstrar que os reis e os povos se elevavam mutuamente: « Não há mister mais célebre à coroa que os costumes de seus povos, porque tal será o rei quais eles forem, por ser um espírito potencial da sua república». Daí, conclui Rubens Panegassi, o pequeno espaço concedido ao Brasil nas *Décadas*: apenas dois capítulos num total de trinta, e o juízo de ser aquela uma «bárbara terra, nunca trilhada de povo cristão».

Um dos atributos do barbarismo daqueles povos era a ausência de escrita, a falta de letras, e aqui não há como evitar a analogia com tantos autores quinhentistas, de Américo Vespucci a Manuel da Nóbrega e deste a Pero de Magalhães Gandavo, que frisaram a inferioridade dos indígenas da costa brasileira com base na carência das letras, notadamente o F, o L e o R com os quais se escreviam as palavras Fé, Lei e Rei. Rubens Panegassi explora muito bem as passagens de João de Barros onde está expressa a ideia da perenidade da linguagem, da sua superioridade sobre os padrões de pedra que o tempo acabaria gastando, pois costumes, doutrina e linguagem semeados pelos portugueses não se gastariam. Nisso, aliás, esse povo foi mestre: havendo perdido o controle das Molucas e sido expulsos do Japão, triunfaram no uso generalizado que se fez do português em terras controladas por holandeses,

ingleses e franceses. O português, já dissera Russell-Wood, funcionou como língua franca em boa parte do Oriente mesmo após o ocaso do império de Dom Manuel e de Dom João III. Panegassi, por sua vez, argumenta que o uso da fala instrumentalizou, entre os portugueses, a violência simbólica, estabelecendo barreiras e delimitando diferenças. Quando queriam falar português, ou imitá-lo, «as nações de Africa, Guiné, Asia, Brasil barbarizam».

Por isso, um letrado como João de Barros, atento à variedade dos costumes e dos povos que compunham o império, dedicou-se também ao estudo da língua e da escrita, tornando-se gramático. Esteve nesse ponto afinado com a tendência europeia mais avançada, da qual Antonio de Nebrija fora precursor: em 1492, no prólogo dedicado à rainha Isabel de Castela, escrevera «*que siempre le lengua fue compañera del imperio*».

João de Barros parece ter oscilado entre dois polos: um mais laico e outro mais religioso, um afeito à descrição etnográfica, outro ao gênero epidítico, um a celebrar o poder monárquico, outro a consagrar o providencialismo salvacionista da expansão. Rubens Panegassi vê a oscilação como relacionada ao contexto histórico, acompanhando os dois grandes momentos do reinado joanino: o primeiro mais laico e aberto para a Europa, financiando bolsas, procurando acertar o passo do reino com o esplendor cultural dos países vizinhos; o segundo mais soturno e intolerante, com o estabelecimento da inquisição, a caça aos cristãos-novos e o repúdio às heterodoxias. Muitos outros autores, largamente utilizados no livro, detectaram, aliás, esses dois momentos distintos no reinado de Dom João III. Rubens Panegassi deixa-se atrair por esse argumento mas resiste à vertigem e sugere, no meu entender, que ambos os polos são concomitantes e não consecutivos, religião e política sendo, na época, indissociáveis, e tentar separá-las seria proceder a algo que este belo livro procurou criticar em vários momentos: sucumbir às análises conduzidas por uma perspectiva predominantemente teleológica e deixar para trás o esforço de compreender o horizonte histórico em seus próprios termos. Afinal, este trabalho, que poderia suscitar muitas outras considerações, procura a justa medida entre o método hermenêutico e a interpretação. Sem esta, o passado, conforme Roger Chartier – citado por Rubens Panegassi – seria um amontoado desconexo.

Mais do que explicar, a História busca compreender. *O Pasto dos Brutos* avança na compreensão do renascimento português e do papel nela desempenhado pela incrível aventura portuguesa. Indica o que teve de particular e ambíguo mas também o quanto deveu ao movimento geral da cultura europeia da época. Equipara João de Barros, uma das expressões máximas da cultura portuguesa quinhentista, a outros expoentes coevos, mostrando que foi um típico homem de letras, sua trajetória tornando-se possível pelo apadrinhamento monárquico que, em troca, ele celebrou em escritos variados, inclusive num *Panegírico do rei Dom João III* de 1533. Ao longo desse percurso, Rubens Panegassi enfrenta, renovando-as, questões recorrentes da historiografia portuguesa. Esclarece, por fim, aspectos importantes do papel desempenhado pelo Brasil no imaginário da expansão lusitana: importante alimento da reflexão e, ao mesmo tempo, pasto de brutos. Mais uma ambiguidade a enfrentar.

Laura de Mello e Souza
Universidade Paris Sorbonne